

Avaliação Institucional: Objetivos e Critérios

*Jose Tomaz Vieira Pereira**

Resumo: A avaliação institucional constitui-se, na atualidade, em assunto de crucial importância para as Instituições de Ensino Superior, face ao crescente interesse e necessidade da eficiência institucional e melhoria da qualidade das atividades desenvolvidas na Universidade. Este Artigo enfoca a necessidade de que as Instituições, ao se conscientizarem da importância da realização da Avaliação Institucional, tenham clareza quanto aos objetivos que se almeja alcançar. A reflexão sobre as experiências vivenciadas são sempre importantes subsídios ao planejamento de processos de Avaliação, sendo, entretanto, fundamental que peculiaridades da própria Instituição, assim como características locais, regionais e, até mesmo, nacionais sejam contempladas. Procurou-se também abordar que os processos avaliatórios devem ter objetivos gerais e específicos, assim como critérios de avaliação claramente definidos para todos os segmentos envolvidos. Outro aspecto fundamental abordado é a importância de que a Instituição, ao estabelecer os respectivos objetivos, tenha clareza de que a Avaliação Institucional deve ser um processo contínuo, onde metas devem ser alcançadas, com a conseqüente redefinição de objetivos, colocando-se a Instituição em permanente postura de auto-crítica e busca de melhoria da qualidade das atividades por ela desenvolvidas.

Palavras-chave: Avaliação institucional, educação superior, critérios, objetivos gerais e específicos, auto-regulação, qualidade.

Abstract: The institutional evaluation is a subject of fundamental importance for the higher education institutions, facing the rising interest by the society in the efficiency and quality of the activities developed by the Universities. This paper focuses on the necessity that higher education institutions make clear its own goals when start the institutional evaluation process. The reflection about others experiences are very important to help the own planning processes, but local, regional and national characteristics must be taken in account. The evaluation process must have general and specifics objectives, and the evaluation criteria must be clearly established for all parts of the institution that would be involved in it. Together with the goals, must be clear that institutional evaluation is a continuum process were the objectives need to be achieved and periodically redefined. This put the higher education institutions in a permanent process of self regulation focusing on the improvement of quality in all activities carried out by the institution.

Key-words: Institutional evaluation, higher education, criteria, general and specifics objectives, self regulation, quality.

Introdução

Qualquer que seja sua área de atuação, uma Instituição ou Empresa, ao vislumbrar e elaborar um Projeto, necessita ter clareza do objetivo que almeja alcançar.

Numa avaliação institucional, portanto, a primeira coisa a ser feita pela Instituição de Ensino Superior é deixar claro qual é o objetivo da avaliação. Afinal, está avaliando para que?

Certamente, as Instituições, por razões diversas, possuem características próprias e peculiaridades que devem ser contempladas. Entretanto, principalmente, ao se envolver com a Avaliação Institucional pela primeira vez, a experiência de outras sempre poderá contribuir para a organização do processo.

Este trabalho se propõe também a apresentar

algumas constatações e pesquisas pautadas em publicações que refletem a organização do processo de avaliação institucional de algumas Instituições de Ensino Superior.

A avaliação das universidades, no panorama internacional, constitui fenômeno recente, existindo, entretanto, experiências consolidadas em determinados países. Embora persistam dúvidas sobre os resultados e usos efetivos da implantação do processo de avaliação, que ainda estão sem respostas adequadas, observa-se que a avaliação, na perspectiva internacional, continua avançando e superando o debate sobre a necessidade de realizá-la ou não.

Inquestionavelmente, a Universidade, enquanto espaço de inovação, de argumentação científica, agência produtora da ciência e da tecnologia, ao mesmo tempo em que é produtora e reprodutora do conhecimento, necessita conhecer e analisar permanentemente a sua própria realidade. A análise do real e o conhecimento profundo da Instituição pressupõe um Processo de Avaliação.

* Pró-Reitor de Graduação da Universidade Estadual de Campinas

Objetivos Gerais

O crescente entendimento de que a instituição universitária é parte do sistema econômico tem feito com que o processo de avaliação se insira dentro da ordem capitalista mundial, onde as leis de mercado definem os objetivos e finalidades das instituições.

O exemplo mais consolidado deste entendimento pode ser visualizado no **modelo britânico** de avaliação, no qual a **competitividade** entre universidades - o **"ranking"** - é a base para o **financiamento**. Presidida pelo **UFC - Universities Funding Council** - o modelo de avaliação britânico instituiu a concorrência entre universidades para concessão das dotações financeiras. O nível de classificação - o **"ranking"** - é utilizado somente para garantir o recurso. Os critérios de classificação são variáveis, porém regularmente, incluem, dentro da avaliação de pares (Peer Review), a análise de:

- a) equipe, quadros "staff"
- b) publicações e outros resultados públicos
- c) estudantes
- d) recursos externos
- e) planos de pesquisa
- f) observações gerais

Na França o processo avaliatório é presidido pelo CNE, Comitê Nacional de Avaliação, cujos membros são designados pelo próprio Presidente da República.

O CNE **não estabelece normas, não sugere ações nem políticas, somente recomendações**. Em geral trabalha por solicitação das próprias universidades que através de cada Reitor faz uma apresentação escrita da universidade a ser avaliada e do papel que desempenha, o que é, igualmente feito pelos responsáveis pelas unidades. O CNE **designa especialistas externos à universidade** (podendo ser estrangeiros), que através de metodologia e processo definidos chega a um documento final de avaliação que é destinado ao Reitor. O tempo de duração do processo é de aproximadamente 14 meses e o custo U\$ 5 milhões/ano para 14 instituições avaliadas.

A avaliação inclui todas as atividades da Uni-

versidade e os especialistas **limitam-se em observar a realidade existente** em termos de: políticas de contratação, ensino, relações interdisciplinares, organização interna e administração de recursos financeiros e fontes de financiamento. São consideradas: as relações com as comunidades locais e internacionais, a relação da pesquisa com o ensino.

O **modelo holandês de avaliação tem como filosofia a menor interferência do Governo nas instituições, garantindo maior autonomia e liberdade para sua programação. Trabalha com a idéia de garantia de qualidade**. O sistema universitário holandês é homogêneo: conta com 14 universidades, 180 mil alunos; todas as universidades são públicas, recebendo 90% de seus recursos do governo.

A avaliação tem sido coordenada pela Associação Cooperativa das Universidades dos Países baixos, que considera ser o seu papel **promover a valorização e a supervisão da qualidade das universidades holandesas**. Para isto, ao analisar diferentes sistemas de avaliação, decidiu-se por uma estratégia institucional e não governamental, pela avaliação de pares (Peer Review) e pela não classificação de instituições (Ranking).

Desta forma, as **Universidades se auto-avaliam**; os grupos de pares conduzem a avaliação externa e o governo supervisiona o processo global. Assim, cada unidade decide sua forma de auto-avaliar-se, o que se dá meio ano antes da visita dos avaliadores externos. Estes podem ser selecionados por indicação dos dirigentes acadêmicos: professores, representantes de organizações profissionais e da indústria. Participam também, acadêmicos de outros países e professores aposentados das universidades holandesas, bem como pedagogos. Em suas visitas, o Comitê de Pares interage com o pessoal da Universidade e, após, realiza um informe oral sobre suas observações, **dialogando com os participantes e interessados sobre os pontos fortes e fracos da instituição**. Realiza também, um relatório escrito onde constam perguntas sobre as ações a serem desenvolvidas pela Universidade. **Em geral, o Reitor pergunta à coordenação das unidades o que pretende fazer face à avaliação. Isto faz a avaliação funcionar como um "detonador de mudança"**. Cada unidade especifica essas estratégias de mudança. As visitas dos avaliadores externos repetem-se

... a avaliação como um projeto institucional deve ser um processo continuamente renovado de balanceamento, de identificação de rumos, perspectivas e valores diferentes dos atuais.

durante 5 anos. Esta forma de avaliação está centrada no ensino. Permite responder perguntas sobre a formação profissional realizada hoje e suas perspectivas para os próximos anos, bem como analisar se os programas de estudos e o processo educativo em geral, estão adequadamente organizados e se a instituição tem capacidade para induzir a qualidade.

A análise desses e outros modelos estrangeiros, permite inferir que:

- a) quando os governos controlam o processo, em geral, optam pelo uso de indicadores de avaliação que permitem o "ranking" das universidades, o que, de uma forma ou outra, pode ser considerado nas dotações de auxílio à pesquisa, ao ensino e à extensão;
- b) as universidades optam pela avaliação externa como forma de referendar sua performance, desde que elas próprias possam gerar os integrantes dos comitês avaliadores;
- c) os professores e associações docentes preferem a auto-avaliação através da qual podem decidir como melhorar seus pontos fortes e fracos;
- d) em geral o Estado, toma a si o encargo de financiar o processo e fazer uso dos seus resultados.

É importante, entretanto, destacar que, seja motivado/impulsionado interna ou externamente, a avaliação como um projeto institucional deve ser um processo continuamente renovado de balanceamento, de identificação de rumos, perspectivas e valores diferentes dos atuais. Seu traço distintivo é a busca da qualidade e podemos dizer que este deve ser sempre o objetivo global do processo. Como processo contínuo e aberto, a avaliação deve envolver todos os setores da Universidade, todas as pessoas que os compõem, de forma que todos participem do repensar objetivos, modos de atuação e resultados de sua prática.

Certamente, não é difícil percebermos e nem equivocados afirmarmos que, por um motivo ou por outro, a busca da qualidade é um fator que se tem feito presente em praticamente todos os discursos sobre qualquer assunto.

Entretanto, as instituições de ensino superior têm, historicamente, se preocupado com a qualidade. O grande aspecto diferenciador que tem destacado é que antigamente a avaliação da quali-

dade era rotulada de revisão e era uma tentativa de descobrir gargalos e pontos fracos e encontrar soluções para elas. A partir da década de 80, a avaliação assumiu também uma função pública. A comunidade externa passou a exercer pressões sobre as instituições de ensino superior para que prestassem contas da qualidade de seus serviços e dos recursos nelas colocados. Muitos governos abandonaram a idéia de um sistema de ensino superior regulamentado fortemente pelo poder central, como era usual na maioria dos países europeus, dispondo-se a dar mais autonomia às instituições, exigindo em contrapartida a garantia da qualidade.

As Universidades e as demais Instituições de Ensino, sejam elas de Ensino Superior ou não, em geral, recebem recursos públicos para o desenvolvimento de suas atividades. E, nesse sentido, o desenvolvimento da avaliação institucional pode aliar-se e apresentar-se também como uma ação no sentido de legitimar sua autonomia. Esse contexto requer um trabalho transparente, de participação efetiva de todos os segmentos da comunidade acadêmica, o que implica utilizar critérios legítimos e tornar públicos seus resultados.

Desta forma, é crescente a preocupação e interesse na Avaliação Externa da Qualidade, o que tem levado a reforçar a preocupação interna com a qualidade, associada a uma crescente função pública. Ou seja, é importante que o processo de avaliação:

- a) seja assumido pelas próprias instituições de ensino superior, podendo ser sancionado pelo governo
- b) objetive, primeiramente, a garantia, o fortalecimento e a melhoria da qualidade, tentando, ao mesmo tempo, dar forma à função pública.

A mensagem que as Universidades têm recebido dos Governos é: mais autonomia e liberdade para as Instituições de Ensino Superior, se for garantida a qualidade através de um sistema bom e funcional de avaliação, que não só contribua para sua manutenção e fortalecimento, mas que lhe garanta um caráter público.

Objetivos Específicos

Os processos avaliatórios podem também ter objetivos específicos, como servir a um sistema de credenciamento de instituições ou cursos, atender a um sistema de financiamento baseado no

desempenho, ajudar na decisão sobre a alocação de recursos ou ser o instrumento de prestação de contas à sociedade em relação aos recursos alocados.

É interessante observar que os objetivos específicos estabelecidos traduzem, de certa forma, o quanto a Instituição já avançou no processo, que deve ser cíclico, da avaliação institucional.

Para melhor compreensão deste aspecto, relacionamos a seguir algumas características e objetivos estabelecidos por Instituições de Ensino Superior, por ocasião de processos avaliativos:

- Avaliar o desempenho das atividades acadêmicas e o ensino de graduação, com vistas ao estabelecimento de novas políticas referentes à alocação de recursos orçamentários, distribuição de vagas docentes, reorientação de vagas para o Vestibular, progressão funcional, melhoria da qualidade de ensino, adequação de cursos à realidade social, etc.
- Viabilizar a organização de base de dados que possa subsidiar à gestão administrativa, possibilitando aperfeiçoamento, redirecionamento do projeto acadêmico, assegurando medidas de correção e de superação de entraves diagnosticados. Situar-se no conjunto de suas atividades, quanto à sua repercussão social, custos e qualidade.
- Propiciar uma postura crítica no que se refere à relação entre a instituição e a sociedade a que serve e organizar sistema de informações que possibilite julgamentos calçados em bases o mais objetivas possíveis, identificando deficiências a serem superadas e acertos a serem expandidos.
- Estruturar processo contínuo de avaliação, fomentando nas unidades administrativas e acadêmicas a cultura da qualidade e da produtividade no desempenho dos indivíduos, dos grupos e da instituição; implementar Programa de Avaliação das Atividades docentes e implantar base de dados de suporte ao processo contínuo de tomada de decisões e de avaliação institucional (sistema de registro acadêmico, acompanhamento acadêmico, sistema de desenvolvimento de recursos humanos, sistema de custos, etc.).

- Promover sensibilização, coleta de dados, diagnóstico, avaliação interna, ações de reorganização curricular e político-administrativa - retroalimentação.
- Rever e aperfeiçoar o projeto acadêmico e sócio-político da instituição, com vistas à melhoria da qualidade, para que seus produtos sejam valorizados e legitimados pela comunidade (mediante sensibilização e implementação e banco de dados acadêmicos e gerenciais para subsidiar auto-conhecimento e ações avaliativas).
- Contribuir para a redefinição de identidade e atualização de recursos, tendo como base, princípios conceituais claros e definidos na consciência coletiva de sua necessidade e na vontade política da comunidade.
- Repensar o papel da Universidade para a mesma e para a sociedade, avaliando e redimensionando suas ações nos campos do ensino, pesquisa e extensão.

Critérios de Avaliação

O estabelecimento dos critérios (dentro do conceito de qualidade) envolve negociação entre as partes envolvidas e interessadas.

Indicadores quantitativos como referencial de qualidade, por exemplo, até que ponto são bons referenciais? Na Pesquisa, muitas vezes, o número de publicações tem sido um critério para se avaliar qualidade. Mas, isso é adequado? Muitas vezes, a valorização do dado quantitativo tem praticamente anulado o empenho ou a validade do qualitativo. Entre publicar um artigo melhor e mais completo ou fragmentá-lo em vários arti-

gos, ocorre frequentemente de optar-se pela fragmentação, dado que adquiriu-se uma cultura de que cada publicação vale uma pontuação. Tornou-se mais interessante publicar o máximo possível ao invés do melhor possível.

Será que o fato de uma Universidade ou Curso admitir e formar um número menor de profissionais significa que forma com maior qualidade do que aquela que forma um número maior? A que forma menos é menos eficiente ou é mais seletiva?

**A experiência tem demonstrado
que os indicadores de
desempenho são apropriados
para levantar questões...**

Os governos dão forte ênfase aos indicadores de desempenho. As Instituições de Ensino Superior, em geral, são céticas ao assunto.

A experiência tem demonstrado que os indicadores de desempenho são apropriados para levantar questões, mas não para dar respostas, pois constituem-se em ponto de partida e têm o papel de apoiar a avaliação dos pares, mas devem ser interpretados. Portanto, qualquer que seja o conjunto de indicadores quantitativos, jamais poderão, por si só, medir a qualidade.

Todos sabemos que existem coisas que são melhores e outras que são piores. Mas, o que é ser melhor?

Temos que ter clareza que qualidade é diferente de eficiência, que é diferente de excelência.

Podemos conceber que qualidade equivale a atender/alcançar as metas e objetivos propostos e definidos, de acordo com a realidade e contexto da instituição, região e, até mesmo, do país, desde que inserido em um processo de caráter contínuo.

A nível de ensino de graduação, por exemplo, uma Universidade pode preferir ensinar a muitos alunos, ao invés de selecionar e ensinar apenas alunos brilhantes.

Os critérios de avaliação, portanto, têm que ser definidos de forma diferenciada. Outro aspecto importante é que os critérios diferem (ou podem diferir) de acordo com os objetivos específicos de cada parte envolvida. Por exemplo, na graduação, para o Governo ou para a própria Instituição, o critério pode ser que o aluno deve ser organizado, de tal forma que conclua o curso dentro do prazo previsto ou que a taxa de evasão não pode ser superior a uma taxa definida como máximo aceitável. Para os alunos, por outro lado, o critério pode ser que o curso/Instituição deve oferecer opções diferenciadas e tempo suficiente para o desenvolvimento pessoal.

A avaliação institucional para atender ao credenciamento induz a um procedimento de avaliação leve. As exigências ou padrões mínimos são formulados fora da instituição, podendo-se considerar apenas o desempenho passado. É, entretanto, tendência predominante analisar se existem condições

para que a instituição venha a se transformar em verdadeira universidade. É importante a avaliação da qualidade e, nesta situação, utiliza-se a auto avaliação e avaliação pelos pares. A diferença, como mencionado, é que os critérios e padrões são propostos por organismo externo (governo, órgão de representação de classe, etc.).

Características-Chave

Qualquer que seja o tipo de avaliação, sempre estarão presentes algumas categorias. A seguir apresentamos algumas características chaves de todo e qualquer processo de Avaliação.

Avaliação é sempre a comparação de desempenho em relação a um padrão considerado aceitável pela Instituição que está sendo avaliada.

Para se proceder a um processo avaliativo, qualquer que seja ele é necessário:

1. Ter clareza sobre as variáveis envolvidas;
2. Estabelecer os padrões de comparação;
3. Dispor das fontes para obtenção de informações válidas e confiáveis;
4. Garantir a confiabilidade interna e externa do processo.

A confiabilidade externa é obtida quando outros investigadores independentes, trabalhando com as mesmas premissas, chegam a resultados semelhantes e consistentes.

A confiabilidade interna ocorre quando a equipe interna está de acordo com o que observaram e com a forma de interpretar essas observações. Isso exige que a equipe esteja livre de interferências de qualquer ordem, interna ou externa.

A avaliação visa sempre assegurar ou medir a qualidade da Instituição no Ensino. Mas, por outro lado QUALIDADE também requer um atributo, um objetivo. Qualidade em que? Para que?

Qualidade como Exceção: Esta visão coloca a qualidade como algo especial e pode ser apresentada/vista sob três concepções: qualidade como algo diferente, de classe superior e com sentido elitista e de exclusividade; qualidade traduzida como excelente, sobrepondo os patamares mais altos; qualidade como sofisticação de patamares estabelecidos como mínimos. Esta visão não é adequada para a avaliação

A avaliação visa sempre assegurar ou medir a qualidade da Instituição no Ensino. Mas, por outro lado QUALIDADE também requer um atributo, um objetivo. Qualidade em que? Para que?

institucional. Soa como altamente elitista e concebe qualidade como algo alcançável apenas em circunstâncias muito especiais (e limitadas). Nesse sentido, a Universidade que recebe os melhores alunos e lhe oferece os melhores recursos humanos, físicos e materiais é que apresentaria condições de excelência. Em linhas gerais, a qualidade, nesta visão, é o resultado de um controle de qualidade científico, de acordo com patamares e padrões pré-estabelecidos.

Qualidade como Perfeição: Coloca a qualidade com premissas de inexistência de defeitos e fazer as coisas bem desde a primeira vez. A perfeição é a base e esse conceito de excelência implica em filosofia de prevenção e não de inspeção. Fazer as coisas bem na primeira vez, tem o sentido de garantir que, em cada etapa do processo, as pessoas garantam que o resultado de cada etapa esteja sem defeitos.

Qualidade como Atitude para se Atingir um Objetivo: Apresenta uma definição funcional de qualidade, ou seja, o processo se ajustando a um propósito específico. A qualidade estaria alcançada ao se atingir o propósito estabelecido (como atender bem à solicitação de serviço de um cliente). Por outro lado, nas leis dos produtos de consumo, o produtor é quem, muitas vezes, define para o cliente aquilo que lhe é adequado pela influência da propaganda. A qualidade é alcançada pelo cumprimento dos objetivos estabelecidos, na realidade, pelo provedor. Esta visão norteia a forma de trabalho de muitas Universidades norte-americanas e Inglesas, onde as Universidades, de maneira individual, determinam suas próprias definições de qualidade, patamares e, através de um processo de auditoria, verificam se os objetivos estão sendo alcançados. A ênfase está em assegurar que a instituição conte com mecanismos necessários para monitorar sua qualidade.

Qualidade como "Custo/benefício": O ponto central deste enfoque está no espírito de prestação de contas, qualidade em relação ao dinheiro investido na Educação. A efetividade da qualidade é medida por mecanismos de controle, resultados quantificáveis, avaliação do ensino e da pesquisa. A idéia não é utilizar os recursos para melhorar uma qualidade medíocre, mas sim retirar os recursos do desempenho medíocre e estimular a busca do melhor.

Qualidade como Mecanismos de Transformação: Está fundada na noção da mudança qualitativa. É a produção do novo conhecimento, envolvido na trans-

formação de um conjunto de conhecimentos para um propósito especial. A Educação é vista, não como um serviço, mas como um processo participativo e contínuo de transformação, do estudante e do professor/investigador. Ou seja, os estudantes participam ativamente do processo de transformação (por exemplo, participando da avaliação dos docentes, selecionando atividades extracurriculares, desenvolvendo pensamento crítico, etc.). O aluno deixa de ser um receptor de informações e a Instituição estimula postura crítica e participativa.

Assim, qualquer que seja o objetivo do processo de avaliação, as etapas/estratégias seguintes, estarão sempre presentes, com maior ou menor ênfase, dependendo do objetivo:

Sensibilização: compreende o conjunto de atividades de discussão do próprio processo de avaliação. Etapa permanente que pode envolver a realização de seminários, encontros, estudos, divulgação de documentos e outros eventos relativos à avaliação e à discussão da Universidade do Século XXI.

Diagnóstico: deve oferecer o mais completo conhecimento possível da estrutura acadêmica e administrativa, em todos os níveis, utilizando-se dos dados existentes nos diferentes registros da vida universitária. Apoiar-se no uso de indicadores que, em sua essência, são sinais, guias para a ação. Tais indicadores não são medidas absolutas. Em verdade, irão adquirir significado no contexto que lhes é próprio. Como tal, não devem servir a comparações desvinculadas da realidade específica de cada curso/unidade da instituição.

Avaliação interna: envolve análise do diagnóstico e auto-avaliação. Ela é a estratégia central do processo, pois cabe-lhe o balanceamento entre a realidade atual e a realidade desejada (objetivos), pela análise do conjunto de todos os sujeitos envolvidos no processo. Cabe-lhe indicar caminhos possíveis para a mudança que, quando assumidos de forma coletiva, orientarão a redefinição de rumos a serem implementados.

Avaliação externa: é balizadora das análises auto-avaliativas, servindo para corroborar a avaliação fidedigna ou para apontar a avaliação auto-benevolente. Pode ainda ser um instrumento de simultaneidade/visão entre qualidade local e universal.

Tomada de decisões resultantes do processo e ações: decorrerão das discussões e reflexões

efetuadas, levando ao planejamento e implementação de ações de construção necessárias ao aprimoramento da qualidade do objeto de estudo.

Reavaliação: recomeço do processo.

Qualidade e Responsabilização

A maioria dos sistemas de avaliação de qualidade são baseados na auto-avaliação e na revisão por pares, sendo também pouco diferenciadas as diretrizes relativas à auto-avaliação. Portanto, as diferenças residem não tanto no “como” mas no “por que” da realização do desenvolvimento do processo de avaliação. E o “por que” está cada vez mais centrado na melhoria da qualidade e responsabilização.

Devemos ter clareza que o processo de avaliação da qualidade constitui-se em atividade de cara, que consome tempo, que pode trazer muitas vantagens, mas que também pode causar problemas. Por isso, é importante a clareza de objetivos e a busca do sistema mais adequado, a fim de que se possa chegar a benefícios reais.

A qualidade, entretanto, só pode ser assegurada por aqueles que são por ela responsáveis: por todos os segmentos da comunidade universitária, o que significa que a instituição deve acreditar no sistema de avaliação e que este não pode ser identificado como uma ameaça. A avaliação de qualidade deve constituir-se em instrumento de garantia e melhoria da qualidade e, em hipótese alguma, em instrumento de controle.

A função pública do processo consiste em: responsabilização e informação para a comunidade externa. Deve-se cuidar, entretanto, para que haja um equilíbrio entre alcance de melhoria da qualidade e responsabilização (superenfatizar qualquer dos dois aspectos pode levar ao fracasso do processo).

O processo de avaliação deve, entretanto, produzir resultados. A Instituição precisa estar/ser preparada e amadurecida para responder, de forma consequente e através de medidas concretas, às indicações resultantes da avaliação.

Conclusões

Em muitos casos observamos uma ênfase natural na avaliação da qualidade de ensino/aprendizagem. A justificativa para isso pode ser a existência de sistemas de avaliação de pesquisa mais consolidados. Por exemplo, há tradição nas comunidades acadêmicas em que os pesquisadores criticam uns aos outros em conferências, seminários, avaliação por pares, na seleção de artigos, etc.

Para uma instituição de ensino, a qualidade como mecanismo de transformação pode representar o mecanismo mais adequado. Mesmo sendo perfeitamente correto que a participação de todos é uma meta desejável, nas Instituições de Ensino o envolvimento dos professores é, especialmente fundamental. Um aspecto que ilustra bem isso se observa quando é examinado o Currículo Real, aquele que realmente propicia a formação dos alunos. Verifica-se que os alunos consideram que as atitudes dos Professores desempenham um papel central em sua formação.

Educação não é um serviço para um cliente, mas um processo contínuo de transformação do participante, seja ele o estudante ou o

professor.

Por outro lado, apesar de eventualmente ser utilizada como um instrumento de controle, a aceitação mais generalizada é que a Avaliação deve ser um instrumento de garantia e melhoria da qualidade.

As atividades desenvolvidas por uma instituição de ensino sempre foram caracterizadas por exigirem em seu processo uma avaliação constante. Haja visto que, por exemplo, os alunos são de modo sistemático avaliados para passar de um ano para outro.

A própria avaliação dos alunos deveria ser examinada para verificar se os docentes estão desempenhando bem o seu papel. Altos índices de insucesso deveriam conduzir os responsáveis pelas Instituições à identificação das causas e ao estabelecimento de ações corretivas.

Talvez por causa da massificação do ensino e do envolvimento dos professores universitários em uma série grande de outras tarefas, consideradas muitas vezes mais relevantes, a prática de examinar o insucesso foi sendo deixada de lado. Os alunos passaram a ser os maiores responsáveis pelo seu sucesso ou insucesso e isso tem sido considerado normal, pelo

A qualidade, entretanto, só pode ser assegurada por aqueles que são por ela responsáveis: por todos os segmentos da comunidade universitária

fato de se trabalhar com grande quantidade de pessoas. Logicamente que a responsabilização é importante, entretanto, necessitamos ter a certeza de que a Instituição está ensinando o aluno a “aprender a aprender”. A “sobrevivência” do ex-aluno enquanto profissional e cidadão, numa sociedade em rápida transformação, depende fundamentalmente de sua capacidade de construir o próprio caminho e isto a Universidade tem a reponsabilidade de ensinar. Deve se ter em mente a preocupação de formar profissionais que possam permanecer atuantes por, no mínimo, 30 anos em uma realidade altamente dinâmica.

Apesar de um número cada vez maior de estudantes estar ingressando no ensino superior, é necessário que a qualidade não seja afetada. A relação do ensino com a sociedade e com o mercado de trabalho tem sido foco de discussão. Para algumas carreiras, especialmente na Área de Humanas, verifica-se uma grande quantidade de estudantes, mas poucos empregos disponíveis. Para outras, como na Área Tecnológica, verifica-se que a sociedade poderia absorver um número maior de graduados.

Em seu trabalho “Manual de Avaliação Externa da Qualidade no Ensino Superior”, A.I. Vroeijens-tijn (..), faz algumas recomendações interessantes:

Os objetivos da avaliação devem estar bastante claros. É adequado que exista um acordo sobre as responsabilidades entre as instituições e governos.

É perda de tempo procurar uma definição para qualidade, no entanto, todas as partes envolvidas (alunos, professores, governo, empregadores), devem deixar claras suas expectativas.

Evite discussões sobre indicadores de desempenho. Isso também é perda de tempo. Os indicadores quantitativos induzem, demasiadamente, à responsabilização e podem ser uma ameaça à abordagem qualitativa.

É importante, observar que a definição dos objetivos está vinculada ao nível de amadurecimento do processo avaliativo, que pode ocorrer em diversas instâncias: Instituição, Faculdade ou de Cursos. O ideal, entretanto, é a avaliação global da Instituição.

É, portanto, perfeitamente legítimo que as Instituições sejam colocadas em posição de prestar contas dos recursos nela aplicados, que os pais e estudantes exijam excelência, que o mercado de trabalho espere profissionais plenamente aptos e capazes e que a comunidade, em geral espere sempre e cada vez mais uma maior qualidade das Instituições de Ensino Superior.

Cabe às Instituições de Ensino Superior conscientizarem-se, cada vez mais, de sua importância e capacidade de influência no contexto sócio-econômico e cultural. É necessário superar as expectativas que sobre elas sobrevivem e assumir uma postura de interferência e condutora de um processo participativo de transformação. Isto somente ocorrerá mediante o estabelecimento de objetivos claros tanto para a comunidade interna como externa, bem como pelo empenho para que os mesmos sejam alcançados. Uma vez alcançados, passam a constituir o ponto de partida para novas metas, num contínuo processo de aprimoramento da qualidade.

Bibliografia

CINDA, Centro Interuniversitário de Desarrollo. Autoevaluación para Instituciones de Educación Superior, Santiago, Chile, 1994, 265 p.

MEC, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (1994): Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), Brasília, Brasil, 111 p.

UFRGS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Avaliação Institucional da UFRGS/PAIUFRGS, Rio Grande do Sul, Brasil, 1995, 58 p.

UDESC, Universidade do Estado de Santa Catarina. Avaliação Institucional: O Projeto da Avaliação, Florianópolis, Brasil, 1996, 163 p.

CRUB, Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. Estudos e Debates: Manual de Avaliação Externa da Qualidade no Ensino Superior/A.I. Vroeijenstijn, Brasília, Brasil, 1996, 188 p.